

TRAJETÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL ¹

TRAJECTORY OF TEACHING PHILOSOPHY IN BRAZIL

Norberto Mazai²

Maria Alice Coelho Ribas³

RESUMO

No presente artigo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de traçar, ainda que sucintamente, a trajetória do ensino de Filosofia no Brasil, desde a chegada dos jesuítas (séc XVI) até os nossos dias. Traz à tona, de certo modo, a polêmica sobre o retorno da disciplina de Filosofia no Ensino Médio, sua importância e o papel a ser por ela desempenhado na construção da consciência crítica no âmbito escolar. Dos dados obtidos, chegou-se às seguintes conclusões: a) o movimento pendular de inclusão e exclusão da disciplina de Filosofia dos currículos, no Brasil, foi fortemente marcado por razões ideológicas que inibiam o pensar crítico, b) faz-se necessário repensar a volta da disciplina de Filosofia no Ensino Médio, a fim de torná-la eficaz no processo de ensino-aprendizagem, bem como para o exercício consciente da cidadania.

Palavras-chave: Filosofia, História, ensino.

ABSTRACT

The present article has been conducted by means of a bibliographical research with the aim of tracing, even succinctly, the trajectory of the Philosophy teaching in Brazil since the Jesuits' arrival (16th century) up to the moment. It brings to light the controversial issue about the return of Philosophy as a subject in High School. From the data gathered, the following conclusions were drawn: a) the pendulous movement of inclusion and exclusion of Philosophy in the school curriculums in Brazil was greatly marked by ideological reasons which inhibited the critical thinking; b) it is necessary to rethink the return of Philosophy as a High School subject in order to make it effective not only in the teaching-learning process, but also in the conscious exercise of citizenship.

¹ PROPET.

² Curso de Filosofia - UNIFRA

³ Orientadora - UNIFRA.

Key words: Philosophy; history; teaching

INTRODUÇÃO

Pensar o exercício da Filosofia no Ensino Médio Brasileiro requer a contextualização do problema e uma retomada de sua história, tarefa cuja realização é proposta aqui. Desenvolver-se-á, nesta pesquisa, a questão relativa ao papel que a Filosofia desempenhou ao longo da história da educação brasileira, de modo a chamar a atenção para as razões ideológicas, ou seja, o processo que inibia o pensar crítico e ainda, seu movimento pendular nos currículos, desde o século XVI até nossos dias, bem como dar pistas, sobre o papel que se entende que deva ser desempenhado por esta disciplina, no atual momento vivido pela educação brasileira. A pesquisa foi elaborada em conformidade com as regras do trabalho monográfico, do discurso-filosófico-argumentativo e da investigação bibliográfica referente ao tema.

O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL

O ensino de Filosofia aportou, em nosso país, com os religiosos da Companhia de Jesus, no século XVI (1553). Foram eles que exerceram maior influência na primeira fase da História da Educação no Brasil. Os jesuítas eram os responsáveis pela educação e catequese dos povos das colônias procurando sempre propagar e fortalecer a fé cristã. Em uma carta Pe. Anchieta relatou as atividades exercidas no Brasil:

“...Mas, embora o nosso principal cuidado fosse ensinar e inculcar a eles os rudimentos da fé, também lhes ensinavam as letras; pois eram de tal modo aficionados a aprender a doutrina, que na mesma ocasião eram levados a aprender a doutrina da salvação; davam conta daquilo que pertencia à fé, instruídos segundo algumas fórmulas de interrogações (catecismo), alguns até sem elas...”(Lukács,I,1965:614-5 in SCHMITZ.1994. p.48).

Como se pode observar, os jesuítas exerciam, de certa forma, uma espécie de teocracismo, que suscitava assim um monopólio do pensamento e afastava Portugal das contribuições do movimento científico da época, com Descartes, Bacon, Galileu e outros.

A educação estava, na época, segundo CARTOLANO (1985), voltada para os setores da elite dirigente, com conteúdo livresco, formalista, retórico,

gramatical, sem base natural e nacional, que servia de deleite ao colono branco, rico e católico. A cultura filosófica passa a ser “mero comentário teológico, baseado, principalmente, na renovação da escolástica aristotélica” (CARTOLANO, 1985 p. 20). Era uma simples reprodução de idéias.

“A filosofia era assim considerada uma disciplina livresca. Da Europa ela nos vinha já feita. Era sinal de grande cultura o simples fato de saber reproduzir as idéias mais recentemente chegadas. A novidade supria o espírito de análise, a curiosidade supria a crítica” (COSTA., 1967:8).

Todo esse contexto deixou traços marcantes no processo educativo do povo da colônia. No que diz respeito à Filosofia, ela se constitui mais precisamente como assimilação, “registro, comentário, eco de escolas e correntes estrangeiras” (COSTA, 1967).

A Ratio Studiorum foi a máxima expressão do esforço de sistematização do conhecimento, constitui-se na organização e no plano de estudos dos jesuítas. Subordinava o ensino superior à teologia e ao dogmatismo (filosofia da salvação), que se alicerçava, por sua vez, na procura de uma ortodoxia definida pelos próprios jesuítas e que levava a expurgar os textos dos autores que se afastassem das idéias de Sto. Tomás de Aquino e Aristóteles. Lê-se na terceira regra:

“os intérpretes de Aristóteles que desmerecem da religião cristã não sejam lidos nem mencionados na escola, sem grande escolha; e acautele-se que os discípulos se lhes não afeiçoem” (COSTA, 1960).

A Filosofia servia para incutir uma determinada doutrina, prevenir possíveis desvios em relação a ela, bem como, defendê-la. Isto prova o papel militante e teológico da Filosofia na época. Destinava-se ao preparo da elite intelectual marcada pela maneira árida de pensar e de interpretar a realidade. Os estudos se compunham

“de quatro séries de gramática(assegurar expressão clara e exata), uma de humanidades(assegurar expressão rica e elegante), e uma de retórica (assegurar expressão poderosa e convincente)”(CARTOLANO, 1985, p. 22).

Por motivos de ordem unicamente política, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas da colônia, sob o pretexto de que o ensino deveria pre-

parar o cidadão para servir ao estado civil e não à igreja. Nesse momento, no Brasil começam, então, a chegar idéias modernas da França, tais como: de igualdade, de liberdade, defesa de um anticristianismo. A fé e as convicções tradicionais são fortemente criticadas. A Filosofia procura ultrapassar a questão do escolasticismo visando aos resultados da ciência aplicada. O pensamento era ao mesmo tempo racionalista e revolucionário.

“Pretende pôr e resolver as questões de uma vez para sempre, matematicamente, sem tomar em consideração as circunstâncias históricas; por outro lado, a teoria do conhecimento dominante é o empirismo sensualista”
(CARTOLANO, 1985 p. 23).

Essas idéias eram difundidas pela Enciclopédia (enciclopedismo) no período de 1750-1780. O seu teor consistia na difusão das idéias iluministas, “com certa prudência e habilidade infiltrava os pensamentos críticos e atacava a Igreja e todas as convicções vigentes” (CARTOLANO, 1985, p. 23). O enciclopedismo permeou assim, os meios intelectuais e religiosos da época. A razão é entendida como a única fonte do conhecimento, em contraposição às orientações teológicas (filosofia da salvação).

Devido a essas idéias, todo o movimento enciclopedista foi severamente considerado como subversivo e com idéias totalmente contrárias à ordem. Assim, em 1794, várias pessoas foram presas, principalmente, em Minas Gerais. Era considerado crime propagar esse movimento, crime se voltar contra o despotismo da igreja. Continuava o intento de nos tornarem passivos diante da realidade, sem nenhuma autonomia de pensamento. Esse movimento causava o medo de que as pessoas vislumbrassem novos horizontes intelectuais.

REFORMAS POMBALINAS

Após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, ocorreu uma reforma na Universidade, em função do surgimento de um espírito novo, moderno, que combateria a doutrina dos jesuítas. Surgem livros mais atuais. Cabe ressaltar que professores, em boa parte, eram selecionados e nomeados por Pombal. A destruição da velha universidade, com seus colégios jesuíticos, bem como, com seu ensino estático, tornou-se um fato

“em consequência da profunda reforma pombalina na Universidade de Coimbra algumas instituições eclesásticas reformaram também os seus planos de estudo

e, sobretudo, os métodos de ensino. Cumpria então dar mostras do repúdio da metodologia silogística, da rotina didática e das disputas tradicionais...” (VITA,1969,p.248-255).

A nova universidade, por assim dizer, largamente aberta à luz que vinha dos países de Newton e Descartes, permaneceu atrelada a causas nacionais. Neste contexto, é preciso não esquecer a contribuição prestada pelos franciscanos, para o progresso do ensino de Filosofia no Brasil-Colônia. No ano de 1759, o Marquês de Pombal autoriza aos franciscanos a estabelecerem no Rio de Janeiro uma cátedra de filosofia.

Mesmo tendo sido um passo de grande valia para o ensino, as reformas do Marquês de Pombal não deixam de marcar, todavia, um retrocesso na educação, pois,

“...o ensino orientou-se ainda para os mesmos objetivos religiosos e livrescos dos jesuítas; realizou-se através dos mesmos métodos pedagógicos, com apelo à autoridade e à disciplina estreitas, tendendo a impedir a criação individual a originalidade. Quanto ao ensino de filosofia, continuou também no mesmo estilo livresco e escolástico” (CARTOLANO, 1985, p.25).

Com a vinda de Dom João VI para o Brasil, com toda a sua corte em 1808, abriram-se às portas para o comércio mundial, o que contribuiu também, para a introdução de novas idéias na vida da colônia. Nesse período, chegaram a realizar-se conferências filosóficas. Nasceram novos colégios para a preparação da nova classe que iria administrar e governar a colônia. Os negócios aumentavam e exigiam uma expansão da educação. Nesse clima de transformação, a Filosofia no Brasil e o seu ensino estavam voltados para a formação profissional e não mais para um ensino propedêutico visando à formação sacerdotal e a propagação da fé cristã.

Em 1834, começaram a ser criados os primeiros cursos superiores profissionalizantes e o secundário passa a ser preparatório para o ingresso nesses cursos. Em 1838, a Filosofia passa a ser obrigatória e continua arbitrária, retórica e enciclopédica. “... nas províncias, a Filosofia já era incluída obrigatoriamente no currículo dos liceus e dos ginásios do curso secundário, desde o início do século...”(CARTOLANO, 1985, p.28).

A Filosofia no Brasil, no século XIX, foi marcada pelo setor econômico:

“... companhias anônimas, comerciais e industriais, o Banco do Brasil transforma-se em banco de emissão,

inaugura-se a linha do telégrafo elétrico e finalmente abre-se ao tráfego a Estrada Central do Brasil” (CARTOLANO, 1985, p.29).

Essas relevantes mudanças vieram acompanhadas de novas idéias, as quais invadiram o meio cultural da época.

O POSITIVISMO NO BRASIL

Entre as correntes filosóficas em ascensão, nas últimas décadas do século XIX, por volta de 1870, o Positivismo foi a que mais repercussão teve no seio do pensamento brasileiro e na educação que aqui se ministrava. A razão fundamental desse fato radica-se na preexistente tradição cientificista que se iniciou com as reformas pombalinas, à luz das quais se estruturou todo o sistema de ensino superior, em bases que privilegiavam a ciência aplicada e a instrução estritamente profissional. Ainda,

“a filosofia européia desse século está toda ela impregnada de romantismo. O próprio positivismo apresenta esse caráter romântico”(COSTA, 1967, p.69).

Esse caráter foi muito acentuado na época, e foi neste mesmo clima, que

“... a inteligência brasileira vai expressar idéias que nos chegam de uma Europa em que se travava ainda a luta entre as idéias tradicionais e aquelas que derivavam da filosofia do século XVIII” (COSTA, 1967, p.70).

Segundo Cruz Costa, o Romantismo trouxe o meio de expressão, o instrumento para a autonomia mental e uma primeira manifestação de espírito verdadeiramente crítico.

O certo é que, cansadas do ensino verbalístico e estéril da escolástica, as mentes mais abertas abraçaram com entusiasmo o Positivismo. As idéias positivistas se faziam sentir nas escolas e notava-se o interesse pela ciência. A ciência era encarada como uma panacéia para a humanidade, pois continha solução para todos os problemas levantados. No método positivista, buscava-se renovação dos padrões da nossa cultura e libertar a inteligência brasileira da tutela eclesiástica.

Em 1891, Benjamin Constant decretou uma reforma, que consistia na gratuidade do ensino primário, na liberdade e laicidade do ensino. Na escola primária, notava-se a influência das idéias Positivistas. Para Benjamin Constant, o ensino dever-se-ia tornar formador e não apenas preparador

das escolas superiores. Mas o que ocorreu verdadeiramente, em vez de uma reforma, em toda a extensão do termo, foi apenas um acréscimo de disciplinas científicas às tradicionais, propiciando assim, um ensino mais enciclopédico.

O Evolucionismo também deixou suas marcas na História da Educação Brasileira, pois, estava ligado ao Positivismo. Ele acentuava a relevância das ciências no pensamento europeu e nacional.

“Negando a metafísica e afirmando que todo o conhecimento está contido nas ciências positivas, o evolucionismo, como o positivismo, declaravam que o homem pode apenas investigar o mundo dos fenômenos. Esta filosofia positiva, naturalista, condizia com a mentalidade das elites brasileiras” (Costa, 1967, p.279 in CARTOLANO, 1985, p.35).

Foi uma expressiva luta contra a metafísica!

Uma obra de grande valor na época e que hoje também pode suscitar um pensar crítico sobre o ensino de Filosofia no Brasil foi a de Pereira Barreto, na qual ele afirmava:

“são as idéias que governam o mundo. Ora, para nosso infortúnio são as idéias do outro mundo que, precisamente neste momento se procura entronizar na direção suprema dos espíritos. Não é bastante que meia dúzia de cidadãos emancipados deseje uma pátria grande: é preciso que toda a massa nacional, unida, compacta, concorra para a efetividade do intento” (COSTA, 1969).

Com isso, começa a solidificar-se *a priori*, o papel importante da filosofia na construção teórico-crítica do conhecimento, libertando-nos assim, de uma ideologia dominante, que intenta aprisionar as mentes na menoridade. É possível uma inteligência aberta, arejada e possuidora de sua maioridade. Como disse Kant: esclarecida (aufklärung)!

O Positivismo, no Brasil, teve, ainda, mais algumas manifestações, a saber: a ortodoxa, a ilustrada, a política e a militar. Vale ainda ressaltar, que ele foi, vigorosamente criticado, pela corrente denominada “Escola de Recife”, os germanistas.. O fundador e maior representante dessa escola foi Tobias Barreto, bem como outras figuras dignas de menção, foram: Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Graça Aranha e outros... Os pensadores dessa escola protagonizaram uma clara reação contra as duas formas de pensa-

mento que dominavam o panorama filosófico nacional no final do século XIX: O Ecletismo Espiritualista e o Positivismo. Na “Escola de Recife”, buscava-se uma fundamentação de tipo transcendental, não só para o conhecimento em geral, mas também, para toda a ação humana.

A FILOSOFIA BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Com a queda do império e com a instauração da República em 1889, a preocupação com a busca de uma sociedade racional tornou-se meta prioritária da elite intelectual brasileira. Surgiram novos centros urbano- industriais e um forte processo de desarmonia entre campo e cidade. No ano de 1908, fundava-se a Faculdade Livre de Filosofia e Letras que possuía uma orientação puramente neotomista. Nesse período também apareceram novos livros de ensino da filosofia e quase todos possuíam uma orientação católica.

A partir de 1914, com a primeira grande Guerra, acentuou-se o amor à terra e às coisas tipicamente nacionais o que até então não se pensava, pois as portas estavam sempre escancaradas a todas as idéias provenientes de fora. É nesse momento que outras modalidades do pensamento europeu representado no Brasil entram a concorrer mais seriamente, com a até então relevante Filosofia de Augusto Comte. É a Sociologia que, aos poucos, toma conta do meio cultural. Começam a surgir obras e trabalhos que revelam preocupações sociológicas. Disso,

“verifica-se que a inteligência brasileira se dá melhor, se assim podemos dizer, melhor condiz, com o trato de problemas concretos. Isto é assim, porque as questões mais gerais estão contidas em problemas concretos e vivos, porque tal tarefa se nos impõem com insistência, antes de nos lançarmos a elucubrações mais largas e profundas... E não se diga que essa tarefa é inglória...”(COSTA, 1967, p.353).

Uma outra contribuição importante foi a formulação do método culturalista na abordagem dos autores, ou seja, antes de identificá-los como membros dessa ou de outra corrente, era necessário ver qual a problemática que os preocupava, a fim de construir a trilha seguida pelo seu pensamento. Isso permitiu ao pensamento brasileiro compreender-se a si mesmo, superando o vício da Filosofia Apologética.

O MOVIMENTO PENDULAR DA FILOSOFIA NOS CURRÍCULOS

Até o início do século XX, inúmeras legislações no campo da educação foram editadas, porém, nenhuma delas aproximou a disciplina de Filoso-

fia da realidade brasileira, apesar dos grandes apelos, reivindicações e do empenho de professores e intelectuais partidários aos movimentos reivindicatórios.

Em 1915, a nova reforma educacional, com o decreto nº 11.530, colocou a Filosofia como disciplina facultativa. Ressurgiu, então a disciplina de “Filosofia” nos currículos, embora não exercesse ainda o seu verdadeiro papel. Essa reforma surgiu num ambiente de mudanças políticas, econômicas e sociais. Mesmo assim a Filosofia despertava pouco ou nenhum interesse, pois, a ciência e as pesquisas, em moda na Europa, eram incompreensíveis e de nenhuma importância no Brasil, já que havia uma ciência a combater. As novas doutrinas estavam ligadas com o novo contexto da época, ou seja,

“... as doutrinas filosóficas, no entanto, não surgem por acaso, mas emergem de um determinado nível de desenvolvimento material; correspondem aos interesses das classes sociais e a um certo estágio das relações de produção. Neste sentido, as novas doutrinas filosóficas também em nosso país surgiram à medida que passaram a corresponder aos interesses das classes médias em ascensão, já descrentes das respostas dadas pelo positivismo e pelo materialismo vulgar aos problemas do homem e da sociedade. Fez-se sentir, naquele momento, a presença da Igreja modernizada que aderiu entusiasticamente à República” (CARTOLANO, 1985, p.50).

A partir do ano de 1930, houve mais duas reformas que despertaram uma mudança na educação do Ensino Médio brasileiro. A primeira se deu em 1931 e determinava que a educação visasse, não somente à matrícula nos cursos superiores, mas também, à formação do homem para todos os setores da vida, isto é, uma formação integral que lhe possibilitasse tomar decisões claras e seguras em qualquer situação de sua existência. A segunda de 1942, decreto nº 4.244, intitulada Lei Orgânica do Ensino Secundário, dividiu o ensino em dois ciclos: o ginásio que era cursado em quatro anos e o colegial em três. Ainda o colegial subdividia-se em científico e clássico. O científico visava ao ensino das ciências, já o clássico, por sua vez, previa uma carga horária de quatro horas semanais para a Filosofia. Seria a formação intelectual.

“A filosofia era disciplina comum aos cursos clássico e científica e deveria ser ensinada de acordo com um mesmo programa para ambos os cursos, apenas com maior amplitude no curso clássico” (CARTOLANO, 1985, p.59).

Com o passar do tempo, reduziram-se as horas-aula da disciplina e as séries que davam um espaço para os conteúdos filosóficos.

No ano de 1961, um marco de grande valia foi a edição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º. 4024. Essa Lei foi o resultado de inúmeros debates e lutas ideológicas entre os educadores e políticos da época. A Filosofia foi sugerida como disciplina complementar, perdendo, assim, a sua obrigatoriedade no sistema federal de ensino.

“A filosofia constitui o complemento necessário à formação do espírito, como instrumento, que é, da grande arte do raciocínio. Desenvolvendo o espírito crítico, a capacidade de reflexão pessoal, o senso de liberdade intelectual e o respeito ao pensamento alheio, a Filosofia não apenas abre, para o espírito, uma visão que ultrapassa os limites exíguos dos conhecimentos adquiridos através do estudo de uma ou de outra disciplina, como lhe permite, ainda, descobrir, acima dos problemas decisivos, que surgem no plano das indagações metafísicas” (CARTOLANO, 1985, p.65).

Já no ano de 1964, com o golpe militar, a Filosofia foi banida dos currículos, tornando-se facultativa. Algumas disciplinas de ciências humanas também sofreram restrições. A educação estava, marcadamente, voltada ao serviço dos interesses econômicos. Abre-se aí o espaço para a entrada do domínio norte-americano em nossa economia, política e educação.

A expansão econômica, impulsionada pela chegada do capital estrangeiro, bem como a proteção do governo militar e os investimentos dados à educação contribuíram para a extinção da filosofia do currículo das escolas. A educação acabou exercendo um papel ideológico, pois foram impostos valores culturais estrangeiros, como modelos a serem seguidos pela educação no Brasil. O modelo educacional a ser seguido era totalmente técnico e burocrático.

“O ensino de filosofia não atendendo a essas solicitações tecnoburocráticas e político-ideológicas, já não servia aos objetivos das reformas que se pretendiam instituir na estrutura do ensino brasileiro. A sua extinção como disciplina, já optativa no currículo, em 1968, foi pensadamente preparada através de uma série de leis e decretos, pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de São Paulo, que, neste caso, centralizavam as decisões da área educacional.”(CARTOLANO, 1985, P.72).

O intuito era de formar pessoas que executassem as idéias vindas de fora e não pessoas capazes de serem pesquisadoras e que se constituíssem em cidadãos conscientes e críticos.

A educação, nesse momento, passou a ser tratada como uma questão do desenvolvimento do país e da segurança nacional. A Filosofia foi aos poucos desaparecendo, considerada desnecessária às novas diretrizes dadas pelo sistema.

No ano de 1968, quando regime militar tornou-se mais rígido, muitos professores foram cassados e presenciaram-se freqüentes perseguições a associações e instituições e inúmeras outras arbitrariedades contra os adeptos da Filosofia.

Em 1971, com a lei nº 5692, a Filosofia é expulsa por completo dos currículos para, somente no ano de 1986, voltar a ter a sua inclusão recomendada nos currículos.

Ainda, a reforma de 1971 conseguiu conduzir o ensino público de nível médio a uma profunda crise de identidade que se prolonga até hoje: pouco profissionaliza, não prepara adequadamente para o ingresso na universidade e não possibilita uma formação humana e social integrada ao aluno. Pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB 5692/72, imposta verticalmente, o ensino de Filosofia tornou-se facultativo no Brasil, sendo substituído por componentes doutrinários como: Moral e cívica e Organização Social e Política do Brasil, OSPB. Investiu-se no ensino profissionalizante, como já foi anteriormente citado e com conceitos tecnicistas.

“Ficou muito claro, a partir daí, que o pensar crítico e transformador característico da atividade filosófica constituía uma ameaça ao poder e à ordem vigentes, à medida que se propunha a formar consciências que refletissem sobre os problemas reais da sociedade. Nesse sentido, procurou-se aniquilar essa atividade reflexiva, substituindo-a por outra de caráter mais catequista e ideológico, a nível político. A educação moral e cívica, sendo também “moral”, estava atendendo ao que se queria que fosse o ensino da filosofia, num período de grandes agitações estudantis e operárias: apenas vinculadora de uma ideologia que perpetua a ordem estabelecida e defende o status quo” (CARTOLANO, 1985, p.74).

Até então, o ensino da disciplina de Filosofia, no Brasil, revestira-se sempre com a roupagem da alienação e do dogmaticismo. Jamais a Filoso-

fia visou à formação do espírito crítico, pois assumiu o papel de geradora de status social com pensamentos vindos do estrangeiro, com idéias já prontas, ou seja, tinha função meramente ideológica. A Filosofia constituiu-se como acrítica e ornamental, ou seja, como teoria longínqua da prática, uma repetição de doutrinas obscuras.

Com o final da ditadura militar e a redemocratização do país, conseqüentemente, despontaram “novas luzes” para o ensino de Filosofia. A disciplina foi aos poucos retornando aos currículos das escolas de maneira optativa. É o começo de um grande passo! Renovava-se a esperança de professores, alunos e entidades pela inclusão do ensino da disciplina de filosofia dentro da LDB.

Surge depois de um longo período de espera e discussão, no âmbito da educação brasileira, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB 9394/96, e, na seqüência, em 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais, para o ensino brasileiro que, para a decepção de muitos, apenas recomenda que a disciplina de Filosofia complemente os Temas Transversais dos PCNs. A Filosofia é recomendada, nos PCNs, como conteúdo e não como uma disciplina. A idéia norteadora dos PCNs é de organizar os currículos por competências.

Outro marco de grande valia à implantação da disciplina de Filosofia no Ensino Médio foi o recente projeto de lei complementar 9/00, do então, Deputado Pe. Roque Zimmermann, que visava a garantir a presença obrigatória da disciplina de Filosofia no currículo do Ensino Médio. O projeto foi vetado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma das alegações para o veto é que não dispomos de mão de obra qualificada em número suficiente para atender à demanda do projeto. Este argumento é falacioso, pois, o fato de não ter pessoal preparado não significa banir a Filosofia do Ensino Médio.

CONCLUSÕES

Após se percorrer, ainda que sucintamente, a trajetória do ensino de Filosofia no Brasil, constata-se que o movimento pendular da disciplina de Filosofia, no contexto educacional brasileiro, foi causado por razões ideológicas que inibiam o pensar crítico, e que, quando se defende a obrigatoriedade do retorno da disciplina de filosofia no Ensino Médio, faz-se necessário pensar que Filosofia aplicar, para que e para quem, tarefa esta que vem sendo tema de pesquisas e debates em nosso país.

Nesse sentido, acreditamos que o processo de ensino-aprendizagem da Filosofia deve ser crítico-constructivo! Ele deve orientar o indivíduo a uma postura consciente, a uma visão ampla e crítica da realidade em que se

encontra inserido, pois só assim, poderá assumir a sua cidadania com dignidade, liberdade e criticidade. Então o que representa a Filosofia? Ela é uma ciência radical, ou seja, “no sentido em que ela vai às raízes das questões muito mais profundamente que qualquer outra ciência; la onde as outras se dão por satisfeitas, ela continua a indagar e a perscrutar” (BOCHENSKI, 1977).

A Filosofia, é, portanto, uma prática, um cultivo, um modo de aprender, de conhecer e pensar que, em sua autonomia, em sua radicalidade crítica constitui, na verdade, o vigor e a própria essência de todo aprender, de todo conhecer, de todo pensar. Quando se defende a obrigatoriedade do retorno da disciplina de Filosofia nos currículos, quer-se justamente, que ela venhe despertar, em cada cidadão, o desejo de pensar a realidade com criticidade e vislumbrar, na totalidade, os diferentes aspectos que a compõem e, assim, olhar para a sua existência de uma maneira mais reflexiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCHENSKI, J. M. 1977. **Derettrizes do pensamento filosófico**. São Paulo, ed. Pedagógica e Universitária Ltda.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. 1985. **Filosofia no ensino de 2º Grau**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

COSTA, Cruz. 1960. **Panorama da História da Filosofia no Brasil**. São Paulo: Cultrix.

_____. 1967. **Contribuição á História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCHMITZ, Egídio. 1994. **Os Jesuítas e a Educação**. São Leopoldo - RS: Unisinos.

VITA, Luís Washington. 1969. **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Globo.